



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA JURÍDICA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

VLADIMIR VINÍCIUS PEREIRA DE CASTRO

**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO**

SALVADOR

2020

VLADIMIR VINÍCIUS PEREIRA DE CASTRO

**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, apresentado ao Curso de Especialização em Psicologia Jurídica e Mediação de Conflitos da UCSAL – Universidade Católica do Salvador, para obtenção da nota final.

Orientadora: Prof.^a M.e. Ariadne de Araújo Cruz.

SALVADOR

2020

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	5
3	A ESCOLA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO.....	8
4	O PROCESSO DE MEDIAÇÃO ESCOLAR.....	12
5	A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO NA ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP.....	17
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
	REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, tem como objetivo geral apresentar a Mediação de Conflitos como caminho adequado para a busca da proteção dos indivíduos e seus direitos no contexto escolar. E como objetivos específicos compreender e verificar como se aplicam ferramentas junto às percepções dos professores, mediadores e da comunidade em torno de situações de conflito e violência nas escolas de atuação em Salvador.

Ao retratar a família na contemporaneidade, não se deve esquecer que a família originalmente é o ponto de partida, lugar a onde o homem se encontra introduzido por seu nascimento ou adoção e nela perpetua sua experiência formando sua personalidade e seu caráter.

Para Maluf (2010), de forma sucinta, a família pode ser compreendida “como sendo o grupo de pessoas unidas por relação conjugal ou parental, permeada por afeto e interesses comuns, onde o homem inserido e protegido tem a possibilidade de desenvolver plenamente sua personalidade e potencialidades”

Os conflitos fazem parte da natureza humana e por isso as crianças e adolescentes precisam ter conhecimento de ferramentas, estratégias e habilidades que irão conduzi-los a gerenciá-los pacificamente para que possam ser notados como oportunidades de mudanças e de crescimento. Ao aprender sobre o conflito, os alunos aprendem mais sobre eles mesmos.

A escola desempenha um papel extremamente importante na formatação de seres criativos e críticos, que participam e estão comprometidos com o processo do seu próprio desenvolvimento (PINTO da COSTA e SÁ, 2018)

No espaço escolar, o conflito, a sua ocorrência, a sua eliminação, a sua redução, a sua manutenção e a sua gestão constitui uma preocupação crescente que se encontra bem disseminada em variadas reflexões e investigações científicas (CHRISPINO, 2007; CUNHA; LEITÃO, 2012; LOURENÇO; PAIVA, 2008; MORGADO; OLIVEIRA, 2009).

Entre as vias para a gestão construtiva do conflito na escola, encontram-se várias alternativas de pacificação social como a construção em busca das soluções, ferramentas para provocar as mudanças, negociação direta, mediação, arbitragem, conciliação, e a ação independente das partes, as quais suscitam diferentes

metodologias de intervenção junto de todos os intervenientes na organização escolar, como docentes, alunos, pais, comunidade e outros colaboradores.

Segundo Olivera (2004), mediar é pacificar; ampliar a cultura da mediação em qualquer campo é optar por um futuro mais humano, em que os métodos de resolver os conflitos inerentes à vida em sociedade encontram soluções mais duradoras.

Norteados por esses princípios, o processo da mediação no contexto escolar representa a condição de fomentar uma nova visão em torno dos conflitos, uma transformação positiva destes e o desenvolvimento de uma cultura de paz.

Segundo Marilena Chauí, as determinações constitutivas do conceito de democracia são ideias de conflito, abertura e rotatividade (CHAUÍ, 1995). Na sociedade democrática o conflito é trabalhado pela discussão e pelo confronto, e é assim que a história se faz, nessa aventura em que o cidadão se lança em busca do possível, a partir de dificuldades e imprevistos.

A escola, considerada um ponto privilegiado de aprendizagem social, tem papel fundamental na transformação dos conflitos, na prevenção da violência e dos comportamentos de agressão entre alguns adolescentes, devendo, primeiramente, promover uma intervenção de forma ativa e não apenas reativa, entre a equipe de docentes, os pais e a comunidade, além de gerar o fortalecimento entre as relações professor e aluno.

JARES (2002, p.85) propõe que o conflito deve ser “[...] objeto de análise e investigação prioritária, tanto na construção do corpo teórico da organização escolar como para facilitar o desenvolvimento organizacional das escolas”.

Ao mesmo instante, o professor terá o papel de gestor e multiplicador como mediador, promovendo a mediação como instrumento de pacificação das relações interpessoais conflituosas sinalizadas no ambiente escolar, fomentando mecanismos de resolução, da paz (CHRISPINO, 2007).

Na análise de conflito no contexto escolar, surge a necessidade de salientar a inclusão da mediação nas escolas através da formação de mediadores(as) e multiplicadores, alunos(as), professores(as) e gestores(as), ao propor às pessoas da comunidade a promoção dos valores da Cultura de Paz, dos direitos humanos, de justiça e da cidadania.

Com base nessas concepções oriundas dos estudos até o presente, podemos apontar que o Projeto Político Pedagógico (PPP) organiza o trabalho pedagógico da

escola, possibilitando a comunidade escolar a desenvolver um trabalho coletivo, e desta forma viabilizar as ações específicas da gestão escolar até a atuação dos professores estabelecendo a responsabilidade de todos. Este expressa-se num instrumento que efetiva a autonomia. “É ele o elemento balizador da autonomia administrativa, pedagógica, financeira e jurídica [...]” (CAVAGNARI,2010, p.99).

O PPP como expressão da realidade da escola. “O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado” (VEIGA,2010,p.11-12)

A metodologia utilizada é a Revisão de Literatura, cuja busca bibliográfica foi realizada através de livros, revistas científicas e busca de dados virtuais, em plataformas tais como Scielo e Google Acadêmico.

Em se tratando de resolução de conflitos em torno do ambiente escolar, a mediação representa-se assim como um mecanismo de solução de conflitos pelas próprias partes que, movidas pelo diálogo, encontram uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória, sendo o mediador a pessoa que auxilia na construção desse diálogo para não somente o sucesso no campo educacional como também para toda a sociedade.

Na atualidade, a grande preocupação das escolas com situações e problemas de convivência tem sido proporcional ao aumento dos vários tipos de conflitos (CUNHA:MONTEIRO,2018) e prejudicam o seu ambiente social. Para além das perturbações à socialização que possam ocorrer no espaço escolar, verificam-se cumulativamente efeitos negativos ao nível da relação ensino-aprendizagem, afetando o exercício das funções do professor e do aluno, colocando em causa a eficácia da sala de aula e em geral da própria escola (AMADO:FREIRE,2009).

2 A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

A família é o ponto de partida original onde o homem se encontra inserido por nascimento ou adoção e nela se desenvolve seu caráter e sua personalidade, mediante experiências e acontecimentos vividos. Na sociedade contemporânea,

encontram-se diversos arranjos familiares, o que conduz à reflexão de que hoje não é possível considerar apenas um modelo familiar existente na sociedade.

Petrini (2003) acrescenta que no decorrer da evolução histórica, a família permanece como matriz do processo civilizatório, como condição para a humanização e para a socialização das pessoas.

Diante dessa perspectiva, a família assume um caráter de desinstitucionalização, porém, para Petrini, essas mudanças podem contribuir para “tornar fracas as redes da solidariedade familiar, mais frágeis os vínculos de pretensa recíproca [...] menos importantes as relações de parentesco” (p. 216). Assim, o que o autor chama de “polo da integração”, existente nas famílias “tradicionais”, é substituído nas formas familiares modernas pelo “polo da autoafirmação” e de uma cultura do individualismo. Para Petrini, no Brasil, tradicionalmente as políticas públicas são voltadas para os indivíduos e é necessário que se criem políticas de atendimento às famílias como um conjunto.

Ao longo do tempo, transformações vêm ocorrendo, tais como o divórcio, os métodos contraceptivos, o crescimento das indústrias, a entrada da mulher no mercado de trabalho e à frente literalmente da família no que se refere a prover o lar, entre outras tantas mudanças que trouxeram para a família alterações, sendo estas responsáveis pela diversidade de tipos familiares. Diante dessas mudanças, vale ressaltar que a família não se encontra enfraquecida, pelo contrário, ela vem deixando de ser apenas um único modelo para transformar-se em outros modelos familiares, sem perder a sua importância para a sociedade e seus membros.

Para Petrini (2003), as novas famílias têm uma disposição muito maior a convivências democráticas e igualitárias, tanto nas relações de gênero como geracionais, e as inovações tecnológicas deram outro sentido à sexualidade e, conseqüentemente, às famílias, visto que a maternidade se tornou fator de escolha. Outras mudanças no campo cultural fizeram com que a família passasse a ser vista muito mais como uma relação entre diferentes indivíduos.

Esse modelo familiar patriarcal, embora tenha resistido ao longo do tempo, tem passado por mudanças de grande importância nas últimas décadas, que assinalam a passagem da família tradicional-patriarcal à família plural contemporânea. Essa nova

família vem se configurando paralelamente a um intenso processo de transformações nas relações entre os sexos, os gêneros e as identificações, além de um novo agenciamento das funções de mãe e pai (TORT, 2001).

A família conjugal moderna é entendida como aquela que dá ênfase à intimidade e separa o público do privado, preocupando-se com a privacidade familiar e a dos seus integrantes ao pensar em suas particularidades.

Preconiza-se que a família nunca poderá assumir formas que de alguma maneira se assemelhem ao passado. E isso porque – assim se pensa – o matrimônio torna-se um vínculo excessivamente constritivo e oneroso, a sexualidade se separa da fecundidade, ter filhos passa a ser uma escolha excepcional, por causa dos custos, dificuldades e riscos crescentes e, além disso, em razão da impossibilidade de se sustentar o aumento da população mundial (DONATI, 2008, p. 68).

A transformação do modelo familiar patriarcal adveio devido ao progresso da industrialização em que esta família é modificada pela família conjugal moderna, típica do mundo urbano e reduzida ao casal com filhos, na qual a relação conjugal já não possui mais em sua essência a manutenção de uma propriedade comum ou de interesses políticos.

Prado (1981, p. 37) salienta que “[...] com a industrialização e a produção de bens em grande escala, as funções familiares foram se transformando e se restringindo, e hoje podemos indicar como ainda prioritárias e exclusivas”. Ao separar o mundo do trabalho do mundo familiar, acabou-se auxiliando no processo de transformação da família de pública para privada.

Alguns autores (BORGES; COUTINHO, 2008; ROUDINESCO, 2003) consideram a flexibilidade dinâmica e estrutural, acompanhada da perda do sentido da tradição, um momento de crise na instituição família. O abalo nas estruturas dos sistemas simbólicos – a nomeação, a filiação, a maternidade e a paternidade e a identidade sexuada – abre espaço para o aparecimento de novos dispositivos relacionais e que remetem diretamente à teoria da sexualidade e do gênero.

Esses acontecimentos tanto sinalizaram a compreensão de enfraquecimento familiar, quanto o surgimento de novas modalidades familiares, novos processos de aliança vêm sendo progressivamente alterados, propiciando uma maior diversificação em termos de estrutura familiar caracterizados por sua vez, pelas transformações nas relações entre os sexos e as gerações.

É a família que proporciona os aportes com seus vínculos afetivos, materiais ao desenvolvimento de cada membro e bem estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel fundamental na educação formal e informal; é no seu cotidiano que se absorve os valores éticos e morais, e onde se constitui os laços de solidariedade.

Sarti (1996) quando afirma que, a família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo.

Cada pessoa tem sua própria representação familiar, da família real a da família sonhada e desenhada por cada indivíduo, representação essa que está ligada a concepções e opiniões, sentimentos e emoções, expectativas correspondidas ou não.

A família não é algo concreto e sim que construímos ao longo do tempo a partir de elementos da realidade.

Segundo Petrini (2003), a família encontra novas formas de estruturação que, de alguma maneira, a reconstituem, sendo reconhecida como estrutura básica permanente da experiência humana. Afirma ainda o autor que apesar da variedade de formas que assume ao longo do tempo, a família é identificada como o fundamento da sociedade.

Situando o debate em torno do tema universidade da família, Lévi-Strauss (1979) afirmou:

A vida familiar apresenta-se em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo naqueles cujos hábitos sexuais e educativos são muito distantes dos nossos. Depois de terem afirmado, durante cinquenta anos, que a família, tal como a conhecem as sociedades modernas, não podia ser se não um desenvolvimento recente, resultado de longa e lenta evolução, os antropólogos se inclinam-se agora para a convicção oposta. Isto é, que a família, ao repousar sobre a união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem, de uma mulher e de seus filhos, é um fenômeno universal, presente em todos os tipos de sociedades. (LÉVI-STRAUSS, 1979, p. 95).

A funcionalidade da instituição familiar tem sido questionada (ALMEIDA, 2012; ARAN, 2003) na sociedade contemporânea, o que nos impele a refletir sobre sua

viabilidade como instância de proteção e de apoio emocional para seus membros. Diante das rupturas e dos deslocamentos nas relações de sexo e gênero, a família não pode mais ser considerada a única base para a construção identitária.

3 A ESCOLA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Desde as últimas décadas do século passado até o presente, as questões político-partidárias que ocuparam ou ocupam postos no cenário do Estado estão, em alguma medida, subordinadas a plataformas políticas que desencadeiam a defesa e a afirmação de Direitos Humanos. Em uma curta análise do ensino público nacional, educar parece nunca ter sido uma tarefa tão árdua quanto é atualmente.

No espaço escolar, o conflito, a sua manutenção e gestão constitui uma preocupação crescente que se encontra bem semeada, em língua portuguesa, em variadas reflexões e investigações científicas (Chripino,2007:Cunha & Leitão,2012: Lourenço & Paiva,2008: Morgado & Oliveira,2009).

Dentro de uma visão real da atualidade, fora dos muros das escolas, o mundo é bastante atrativo e colorido, apresenta uma série de direções e oportunidades, as quais convidam o aluno a fazer várias descobertas. Nesse cenário, tornar-se a sala de aula uma experiência interessante; algo muito desafiador para o docente, mas não impossível.

A natureza conflituosa no campo escolar tem várias justificativas. Em primeiro lugar, as escolas são organizações e o seu objetivo é preparar o indivíduo para a sociedade, patenteada nas políticas educativas e nos currículos estabelecidos, que são uma repercussão da conflitualidade social, ou seja, um *“campo de pequenas batalhas civis”* (Aquino,1998, p.8)

Inicialmente, é importante assinalar que as questões de desigualdade entre as pessoas afetam a indisciplina, a violência e o conflito em escolas públicas e exigem um olhar sempre atento à função social da escola na contemporaneidade, o que ressalta a importância constante de estudos no campo das políticas educacionais, trazendo a relevância e análise dos programas governamentais.

Existem várias modalidades de conflito no contexto escolar (Cirera,2004: Martinez Zampa,2005: Torrego,2000) e, dentre esta variedade de tipologias, que a título de exemplo podemos mencionar a tipologia de conflitos trazida por Cirera (2004)

Este autor classifica os conflitos no âmbito escolar em quatro tipos especificamente: conflitos de relacionamento (surtem da relação entre alunos e professores, entre alunos, entre professores e pais): conflitos de rendimento (na ótica do aluno, surtem quando não consegue alcançar os resultados escolares esperados ou vistos como aceitáveis e , na ótica dos professores, surtem quando estes pensam que não conseguem transmitir os conhecimentos para que haja aprendizagem por parte dos alunos); conflitos de identidade(fatores pessoais relacionados com as expectativas e motivação dos alunos sobre os seus estudos e com a autopercepção dos professores sobre o seu trabalho) e conflitos do poder(derivam da escola enquanto instituição possuir vários papéis, entre o seu trabalho) e conflitos do poder(derivam da escola enquanto instituição possuir vários papéis, entre os quais destacamos os de aluno e de professor).

A escola pública, construída com o intuito de possibilitar à população acesso à cidadania por meio da educação, oferecia a todos os indivíduos possibilidades de ascensão social com base na meritocracia. Contudo, o atual cenário econômico, político e social torna complexo seu modo de funcionamento.

As diretrizes que orientam diferentes agendas das políticas educacionais, ao longo dos anos, nos trazem uma amostragem de que, a cada instante, o cenário da educação sofre transformações e apontam que os sistemas de ensino perderam eficácia e eficiência, assinalando que a população de jovens muitas vezes demonstra uma notável falta de preparação para ingressar no mundo competitivo do trabalho.

Para Pérez Gómez (2004), a escola atualmente se configura como instituição dotada de poucas iniciativas, enredada em uma cultura pretérita comprometida com a reprodução dos conteúdos mais do que com a construção, sem se deixar alterar pelas mudanças que ocorrem no cenário social contemporâneo.

As antigas instituições sociais e políticas estáveis que forneciam referências aos indivíduos não se apresentam mais como possibilidade segura de seguir trajetórias de vida previsíveis. No que se refere à educação escolar, não poderia ser

diferente. Para alguns autores, a escola não prepara como deveria os alunos para a realidade, em função disso, sofre acusações de ser uma instituição que aliena: outro teórico e correntes afirmam que a instituição escolar não motiva as novas gerações para os estudos.

Contudo, apesar de todas as críticas que crescentemente vem sendo feitas ao papel da educação escolar, ainda não se encontrou para introduzir os mais jovens no mundo do letramento, da matemática e da cultura (MASSCHELEIN: SIMONS,2013).

Ademais, uma circunstância desgastante que torna-se presente no “dia a dia” sobre o exercício do aprendizado: a indisciplina e a falta de conhecimentos básicos que muitas crianças e adolescentes demonstram frente a situações em que deveriam saber usar regras básicas de sociabilidade, evitando com isso os conflitos presentes nos dias atuais.

O século XXI vem criando demandas completamente diferentes a gestores, professores e funcionários, de uma forma geral, exigindo urgência na redefinição desse modelo, tendo em vista que as novas tecnologias da informação colocam o mundo dentro da escola em tempo real.

Na mesma direção, Masschelein e Simons (2013) defendem a concepção de que a escola é um bem público que deve atuar a favor da maioria dos segmentos sociais que a frequentam.

A ideia de que a escola é uma instituição prestadora de serviços, como define a lei de mercado, tem sido recorrentemente difundida; no entanto, temos que lembrar que a escola foi construída como um dos pilares do processo de consolidação das democracias, e é esse valor que se faz necessário ser resgatado para viabilizar a renovação dos processos democráticos e de valores, normas sociais e culturais para integrar diferenças.

É do diálogo compreensivo que brota o caminho pedagógico de respeito ao outro, com ações e sentimentos de reciprocidade que podem ajudar a eliminar a violência, construindo possibilidade de encontro.

Podemos perceber estratégias inovadoras no âmbito educacional para dar apoio aos alunos. Mas isso não se refere à utilização de novas tecnologias, pois é possível inovar também utilizando recursos antigos, incluindo os considerados tradicionais,

mas nunca ultrapassados, livros didáticos e canetas; é possível a criatividade para “colorir” e dar novo significado à aprendizagem através de projetos e aulas dinâmicas.

Nesses termos, a escola ainda se encontra vinculada ao projeto iluminista que a criou e a transformou em uma das instituições mais sólidas do Estado moderno e da cultura ocidental.

Atualmente, o conhecimento e a informação andam juntos e são compartilhados de forma instantânea, de modo que manter-se sempre atualizado torna-se uma obrigatoriedade no cenário educacional. Isso significa também que à escola cabe possibilitar em conjunto a construção do conhecimento dos alunos já que a internet e os livros, por exemplo, produzem e disponibilizam, sobretudo, apenas informações.

A formação continuada tem muito a contribuir nesse processo, porque ajuda ao professor a capacitar-se, melhorar cada vez mais suas experiências pedagógicas e com isso trazer mais apoio na construção do conhecimento junto aos alunos e não somente acúmulo de informações. Essa formação é realizada após a formação inicial e tem como meta principal garantir e transmitir um ensino de qualidade aos alunos.

4 O PROCESSO DE MEDIAÇÃO ESCOLAR

O bom relacionamento entre a família, a escola e a comunidade tem de ser uma preocupação comum às instituições. Além de impactar positivamente no desenvolvimento dos alunos, isso garante a satisfação das famílias, como também a retenção dos estudantes, pois, no meio escolar, os protagonistas sociais são confrontados, muitas vezes, com a necessidade de lidar com desejos, valores e interesses muitas vezes distintos dos seus e podem ver-se implicados em conflitos que exigem respostas eficazes na forma como são enfrentados.

A mediação, definida como um método pacífico de solução de conflitos, é essencialmente um instrumento de desenvolvimento e promoção da Cultura de Paz, de acordo com a Declaração por uma Cultura de Paz da Unesco¹ (ONU/UNESCO, 1999). A instituição de ensino, no seu conjunto, incorpora a tolerância e a

¹ O programa completo sobre Cultura de Paz encontra-se no site da Unesco: http://www.unesco.org.br/areas/dsocial/desenv/culturadepaz/mostra_documento.

solidariedade como valores que permutam em ação e como finalidades educativas a conquistar.

Nesse contexto, PINTO DA COSTA (2018) refere que uma intervenção ampla e sustentável, através de projetos de mediação, impõe que o envolvimento tanto dos indivíduos como da escola seja assumido como condição capital. A Escola é uma entidade de aprendizagem, capaz de inovar e, assim acompanhar e apoiar a inovação proposta aos sujeitos que a constituem, numa coerência expressiva de valores, crenças, princípios e normas.

O desenvolver das competências nos dias de hoje se faz cada vez mais necessário para a gestão construtiva dos conflitos no âmbito escolar. Nesse contexto, a mediação é uma metodologia cada vez mais aplicável às mais diversas modalidades de indisciplina e à falta de conhecimento que muitas crianças e adolescentes apresentam frente a situações em que deveriam saber usar regras básicas de sociabilidade.

Nessa perspectiva, é possível entender, que a escola ainda se encontra vinculada ao projeto iluminista que criou e a transformou em uma das instituições mais sólidas do Estado moderno e da cultura ocidental. Cabe recordar que a escolarização obrigatória, elemento central das políticas educacionais, é um fato presente. Nas palavras de Barbosa (2007):

A escola pública e obrigatória para todos tinha como objetivo central a igualdade entre as pessoas, o progresso das nações, o desenvolvimento econômico, a justiça social, a difusão dos conhecimentos em defesa da valorização da razão e do conhecimento escolar como modo de ser e estar no mundo. A crença na mudança da sociedade através da escolarização das massas é resultado do projeto iluminista. (BARBOSA, 2007, p. 1060).

Nos dias de hoje, a tendência das escolas é entender o conflito como algo portador de certa inevitabilidade, de uma dada naturalidade e como uma situação integrante das relações humanas que se desenrolam nesse tipo de organização (CHRISPINO, 2007; MORGADO; OLIVEIRA, 2009).

Quando tratamos da caminhada da educação, da pedagogia e a da mediação social escolar, nós nos deparamos com momentos de diálogos e outros de enfrentamento, mas, ao final, percebemos que para ocorrer uma reflexão mais consistente e apurada de cada uma delas (mediação social escolar, educação e pedagogia) adentramos na Filosofia. Com isso, percebemos que dentro dessa caminhada, na atualidade, ainda encaramos situações presentes como a necessidade da proteção psicológica de professores dentro do processo de ensino e

aprendizagem, como também o envolvimento político e ético dos membros das instituições de ensino e comunidade.

Segundo Saviani (2006):

A educação é inerente à sociedade humana, originando-se do mesmo processo que deu origem ao homem. Desde que o homem é homem, ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação. A humanidade se constituiu a partir do momento em que determinada espécie natural de seres vivos se destacou na natureza e, em lugar de sobreviver, adaptando-se a ela, necessitou, para continuar existindo, adaptar a natureza a si. (SAVIANI, 2006, p. 1).

O homem consegue viver de forma coletiva e cria a sociedade formada por valores desenvolvidos ao longo de gerações, que permitem que as relações interpessoais se mantenham sempre em equilíbrio.

Considerando o contexto atual, em que a crise afeta tanto os setores sociais quanto os educacionais, não devemos nos surpreender também que a educação e os relacionados a ela sejam analisados, criticados e questionados de todas as perspectivas e em todas as situações. Assim, um dos assuntos que atualmente mais preocupa professores, famílias e comunidades é a questão disciplinar e o acompanhando dessa problemática A mediação escolar, então, surge como uma forma de solucionar ou minimizar os conflitos, quer sejam no âmbito escolar ou familiar.

William Ury (2015) apresenta alguns questionamentos pertinentes sobre essa questão: Qual é a melhor forma de negociar? Como resolver os conflitos que surgem naturalmente entre colegas e chefes, cônjuges e parceiros, clientes e consumidores, filhos e familiares – aliás, em qualquer interação? Como conseguir o que realmente queremos e, ao mesmo tempo, lidar com as necessidades de outras pessoas em nossa vida? Talvez nenhum outro dilema seja mais generalizado e desafiador.

O método de William Ury para chegar ao sim com você mesmo antes de estabelecer negociações bem-sucedidas com os outros consiste em seis passos fundamentais: 1) colocar-se no seu lugar, é essencial observar seus pensamentos e emoções sem fazer julgamentos. Ouça com empatia suas necessidades básicas, do mesmo modo que faria com um cliente ou parceiro valioso; 2) desenvolver sua Batna interior, quase todos nós tendemos a jogar a culpa em outras pessoas pelos seus conflitos. Faça o oposto e desenvolva a Batna (ou melhor, Alternativa a um Acordo

Negociado) interior, assumindo o compromisso de cuidar dos próprios interesses, independentemente do que os outros façam ou deixem de fazer; 3) reenquadrar seu panorama, o medo natural da escassez se manifesta em praticamente todo o mundo.

Mude a maneira como você vê a sua vida, criando as próprias fontes de satisfação independentes e autossuficientes. Pense que a vida está ao seu lado, mesmo quando ela parece hostil; 4) manter-se no presente, no calor do conflito, é fácil se perder em ressentimentos do passado ou em preocupações com o futuro. Procure viver o presente, a única condição em que é possível experimentar a verdadeira satisfação e mudar a situação para melhor; 5) respeitar os outros, é tentador reagir à rejeição com rejeição, ao ataque pessoal com ataque pessoal, à exclusão com exclusão. Surpreenda os outros com respeito e inclusão, mesmo que se trate de pessoas difíceis; 6) saber dar e receber, muita gente cai na armadilha do ganha-perde e se concentra em satisfazer apenas as próprias necessidades. Mude o jogo para uma situação em que todos ganham e dê algo antes mesmo de receber.

A mediação escolar busca a proteção dos indivíduos e seus direitos, e não deve substituir os serviços sociais, e sim, levar ao aprimoramento das relações sociais, educar para melhor e promover o gerenciamento pacífico dos conflitos, sendo considerada um meio para promover a cidadania e manter sempre a paz desejada nas escolas, na família e na comunidade, por contribuir para o respeito aos direitos e à promoção da qualidade da vida.

A Escola desempenha um papel extremamente importante no fomento de seres conscientes, críticos e criativos, que participam e estão comprometidos com o processo do seu próprio desenvolvimento (PINTO da COSTA e SÁ, 2019).

Esta constitui, tal como os sujeitos da comunidade educativa, um ator aprendente, uma unidade de mudança e um pilar central da melhoria (BOLÍVAR, 2000; 2003).

Além disso, a mediação escolar deve ajudar a aprimorar os vínculos sociais, visto que sua proposta de comunicação não-violenta é voltada também para a comunidade, visando a compreensão entre indivíduos e grupos sociais, para facilitar a integração e o reconhecimento.

Marshall Rosenberg (2006) aponta a importância da comunicação não-violenta, que envolve o uso de palavras que se referem a emoções específicas, em vez de palavras genéricas ou vagas. Para ele, quando falamos que estamos bem, isto pode significar uma ampla gama de significados, como alegre, aliviado, ou ainda

várias outras emoções. Dessa forma, palavras vagas seriam ruins para articular sentimentos, pois impedem as pessoas de se conectarem facilmente ao que podemos estar de fato sentindo.

A postura do(a) mediador(a) social, então, é de proteção aos direitos do(a) cidadão(ã) e de valorização do serviço público prestado pelo Estado, na medida em que colabora para revelar as necessidades da população e as disfunções do serviço público, fatores que contribuem para a sua evolução e modernização (FRANÇA, 2000).

A escola, a família e a comunidade são grupo fundamental para o desenvolvimento da Cultura da Paz, incluindo-se, neste respeito, a constante preocupação da educação para a solução pacífica dos conflitos. Vale lembrar que a paz não significa a pacificação das guerras, não se restringe à harmonização e não implica a inibição dos conflitos. A paz implica na redução das desigualdades sociais, fundamentada no respeito aos direitos humanos.

A mediação escolar pode ser considerada um processo constante em busca da paz na medida em que favorece o conhecer e a análise crítica do conflito, visto que todo ato educativo é um ato de aproximação da realidade para transformação universal da paz, segundo Paulo Freire: “Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a desvela para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 2005, p. 33).

No contexto escolar, o(a) mediador(a) é aquele(a) que estimula a comunicação entre as partes, que propõe o diálogo e estabelece ligações entre todos na escola, entre a instituição e a comunidade sendo uma constante relação. O objetivo da criação desses laços é a ampliação dos recursos para lidar com os conflitos que permeiam o contexto escolar, principalmente aproximando a escola da rede de proteção social (pública e privada).

Nos nossos tempos atuais, mais do que lidar com os conflitos na escola, os educadores querem “solucionar” a questão da violência nas escolas. Para Debarbieux (2006, p. 23), existe um “alarde midiático” em torno de uma crescente “violência escolar” e uma exploração sensacionalista do fenômeno, que têm por detrás objetivos políticos e econômicos, como desvincular a violência escolar da violência social.

Portanto, o mais assertivo seria buscar uma unidade conceitual, concebendo a violência unicamente como algo que se opõe à ética, de acordo com Marilena Chauí (2008, p. 3): “Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror”. Ao sermos dotados da capacidade de pensar somos também capazes de distinguir entre o bom e o mau, o certo e o errado podendo agir de uma forma que possa ser entendida como violenta. Ainda de acordo com Chauí (2008) todas as vezes que agimos de forma violenta somos antiéticos uma vez que os valores éticos são erigidos para se contrapor a violência.

A natureza conflituosa das escolas tem diversas justificações. Em primeiro lugar, as escolas são organizações e a sua natureza organizativa é singular, única, ou seja, a diversidade de metas e ações caracteriza, em geral, as escolas. Em segundo lugar, há que considerar a relação que se constitui entre a escola e as finalidades educativas da sociedade, patenteada nas políticas educativas e nos currículos estabelecidos, que são uma percussão da conflitualidade social, ou seja, “um campo de pequenas batalhas civis” (AQUINO, 1998, p. 8).

5 A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO NA ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos. O PPP deve possibilitar aos colaboradores da escola uma tomada de consciência dos problemas e possíveis soluções, estabelecendo a responsabilidade de todos.

Ao abordarmos sobre os entendimentos de alguns autores sobre esse instrumento o PPP, é pertinente que alguns conceitos sejam aqui compreendidos como o que é projeto, o porque dele ser pedagógico e principalmente por ter a dimensão política.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2007, p.345) é projeto por ser “um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formular metas,

prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação”. Neste sentido, representa uma direção pelo qual a escola deve seguir, se nortear.

É nesta última grande área o PPP, que se pode incluir a temática em questão, do conflito e da convivência escolar, pois esta reporta-se as seguintes dimensões da estrutura da convivência escolar e as seguintes dimensões da estrutura social: interação entre alunos, professores e funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia interna, e cultura organizacional da escola.

Assim, analisar o modo como a escola lida com o conflito e como se organiza para melhor responder aos desafios da conflitualidade em prol de uma melhor convivência, enaltecendo a sua função educadora e socializadora, significa intervir na sua estrutura social para melhor responder aos desafios das situações em conflito buscando assim uma melhor convivência.

TORRES e PALHARES (2010, p. 135), apresentam três principais focalizações teóricas: as macros abordagens, as meso-abordagens e as micro abordagens.

Para cada uma dessas focalizações teóricas da sociologia da Escola, os autores apontam uma identificação e apreciação crítica, que aqui se resume:

As macros abordagens de estudo sobre a Escola estão concentradas nas dinâmicas do sistema educativo e nas orientações da política educativa, tanto nacional como internacional. Sustentam os autores em questão que nesta dimensão os estudos procuraram analisar a Escola segundo os seguintes determinantes centrais: modelo político, modelo organizativo e funções do sistema educativo, descartando dessa forma a investigação de outras realidades escolares.

É baseado na construção de parcerias com a comunidade que mostramos o sucesso de qualquer projeto educacional que tem como meta o desenvolvimento da cidadania e a construção da identidade da escola. É importante destacar que o Projeto Político Pedagógico deve tomar como base a visão e a missão da escola. Partindo desses princípios, vão se articulando informações sobre os níveis e modalidades de ensino, recursos humanos, recursos físicos, financeiros, características do corpo discente, transformação das pessoas envolvidas, reintegração na comunidade, inclusão e respeito à diversidade dentre outros.

O PPP define a intencionalidade e as estratégias da escola, é o documento que traduz o que foi planejado para melhorar a escola, são metas traçadas observando o presente, na tentativa de melhorar o futuro, porém, só poderá ser percebido desta maneira se assumir uma estratégia de gestão democrática, ou seja, se for baseado na coletividade.

“Acredito que a mercantilização da educação (a educação como mercadoria, como negócio) é um dos desafios humanos mais decisivos da história atual. Só a educação poderá construir outra lógica, através da formação da consciência crítica, da educação cidadã contra a educação consumista. Da luta incessante entre alienação e desalienação, entre conscientização e domesticação. Mas não basta afirmar que outro mundo é possível. É preciso mostrar como” (Gadotti,2008 p.93)

Segundo Vasconcellos (2002), um bom planejamento depende da dinâmica dos grupos. Existem três dimensões básicas que precisam ser consideradas: a realidade, a finalidade e o plano de ação. O plano de ação pode ser fruto da tensão entre a realidade e a finalidade ou o desejo da equipe. Quando falamos do planejamento anual das escolas, temos como referência o projeto político pedagógico. Não importa muito se você explicitou primeiro a realidade ou o desejo.

Para Veiga (2001) a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar características tais como: a) ser processo participativo de decisões; b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; d) conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Nessa perspectiva, é importante entender a importância da construção de um plano de convivência escolar, realizando um diagnóstico das principais necessidades e problemas identificados em termo de conflitos, violências e relacionamentos interpessoais, desenvolvendo desta forma um planejamento participativo com uma escuta ativa presente em torno da comunidade escolar, para o enfrentamento conjunto das situações relacionadas ao convívio na escola.

É nesse sentido que Nunes (2018) entende que a educação é a construção contínua do ser humano e a integração de todas as dimensões da nossa vida: dos saberes, das aptidões, das habilidades, da capacidade de discernimento e de ação.

Educar é contribuir para o aperfeiçoamento intelectual, emocional e profissional do homem.

Segundo Nunes (2018), nas escolas, as Práticas Restaurativas colaboram com um trabalho preventivo de reafirmação das relações, visando melhorar o relacionamento escola-família-comunidade, a busca do diálogo entre todos, a promoção da melhoria do vínculo da comunidade escolar, a comunicação não-violenta e as atividades pedagógicas restaurativas.

O PPP deve ter como um de seus objetivos promover a capacitação dos estudantes, dos professores, dos pais e da comunidade em mediação de conflitos no cenário escolar. Deve fazê-lo na perspectiva dos modelos e preceitos fundamentais, abordando as técnicas e as ferramentas para refletir e discutir sobre a mediação de conflitos e a superação da violência no ambiente educacional.

Outro ponto importante é que, nas escolas, os conflitos estão sempre presentes e a comunidade escolar precisa deter conhecimentos, no que se refere a ferramentas e estratégias, e desenvolver habilidades que possibilitem um equilíbrio, trazendo a presença constante do diálogo, pois a escola é um espaço para disseminar valores e a construção da cidadania.

Considera-se de grande importância ter sempre presente a noção de que a implementação da mediação escolar supõe algo com uma maior abrangência que a introdução de uma determinada metodologia para abordar os conflitos (TORREGO, 2006). A mediação faz parte do modelo integrado de melhoria da convivência, que se caracteriza, segundo Torrego (2006), por exigir uma abordagem global, com grandes implicações organizativas na estrutura escolar, nomeadamente formação específica para professores e alunos, assente em pressupostos educativos de diálogo e uma participação ativa dos alunos como fator impulsionador de mudança e responsabilidade na gestão de uma convivência sadia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo geral do presente artigo que é apresentar a Mediação de Conflitos como caminho adequado para a busca da proteção dos indivíduos e seus direitos no contexto escolar, pode-se considerar um grandioso avanço no

direcionamento da questão, sem, entretanto, ter-se esgotado tal propósito. A seguir serão resgatados os objetivos específicos a fim de identificar os principais dados obtidos.

Em relação ao objetivo específico que é compreender e verificar como se aplicam as ferramentas de provocação junto às percepções dos docentes, mediadores e comunidade, se faz necessário ter conhecimento de tais ferramentas, estratégias e habilidades que irão conduzi-los a gerenciá-los pacificamente para que possam ser notados como oportunidades e de crescimento. Ao aprender sobre o conflito, os alunos aprendem mais sobre eles mesmos.

A mediação escolar permite a participação e as soluções não-violentas dos membros da comunidade escolar. A escola, no seu conjunto, incorpora a solidariedade e a tolerância como valores em ação e como finalidades educativas a conquistar. Por isso, se faz necessária a ação preventiva, reconhecer que a violência é uma questão complexa e é resultado de vários fatores, a maioria ligados à falta de atenção familiar, social.

No espaço escolar, o conflito, a sua ocorrência, a sua eliminação, a sua redução, a sua manutenção e a sua gestão constitui uma preocupação crescente que se encontra bem disseminada em variadas reflexões e investigações científicas (CHRISPINO, 2007; CUNHA; LEITÃO, 2012; LOURENÇO; PAIVA, 2008; MORGADO; OLIVEIRA, 2009).

Entre as vias para gestão construtiva do conflito na escola, encontram-se várias alternativas de pacificação social como a construção em busca das soluções, ferramentas para provocar as mudanças, a negociação direta, a mediação, a arbitragem, a conciliação.

Segundo Olivera (2004), mediar é pacificar; ampliar a cultura da mediação em qualquer campo é optar por um futuro mais humano, em que os métodos de resolver os conflitos inerentes à vida em sociedade encontram soluções mais duradoras.

Considera-se de extrema relevância que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola; é através dele que a comunidade escolar pode desenvolver o trabalho coletivo para uma tomada de consciência dos problemas e possíveis soluções dos conflitos.

No que se refere à mediação de conflitos nas escolas os(as) que primeiro buscam a formação em mediação de conflitos são aqueles chamados de excluídos, os sem voz. Por isso a importância de discutir a mediação de conflitos e a superação das violências no campo educacional, como também no âmbito familiar e na comunidade; seria o diálogo, ponto de partida para estreitarmos os entendimentos sobre a temática.

Artigo 1º:

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados:

a) No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação;

b) [...] c) [...] d) No compromisso com a solução pacífica dos conflitos;

Artigo 3º:

O desenvolvimento pleno de uma Cultura de Paz está integralmente vinculado:

À promoção da resolução pacífica dos conflitos, do respeito e entendimento mútuos e da cooperação internacional; (ONU/UNESCO, 1999, p. 2

Dessa forma, sensibilizar e conscientizar a escola, a comunidade, os pais e todos envolvidos, direta e indiretamente, faz manter a chama sempre acesa; desenvolver atividades de sensibilização e conscientização durante toda a execução do projeto, dentro dos temas pertinentes à mediação. Nesse formato, se faz sempre necessário estruturar o núcleo de mediação, estimulando a criação de um espaço independente, neutro de acolhimento e diálogo dentro da escola.

Para trabalharmos na construção de um diálogo, em uma reunião de mediação ou em um círculo restaurativo, é bom que o facilitador tenha conhecimento e técnicas, mas, sobretudo, muita sensibilidade e espírito de comunhão. A melhor receita para solucionar conflitos ainda é entender de gente e levar adiante a linguagem da escuta e do amor.

Gerenciar conflitos e grupos é trabalhar com a razão e a emoção. Por isso são indispensáveis os atributos da sensibilidade, alteridade, cuidado, respeito, empatia, compaixão, solidariedade e, principalmente, amor. São esses e outros valores que refletem a essência dos relacionamentos humanos, fundamentais para a construção do diálogo, que é o grande pilar dos meios auto-compositivos de conflitos.

As estratégias metodológicas utilizadas neste artigo, permitiram uma visão mais ampla e uma melhor análise acerca da problemática, contudo, as possibilidades de entendimento não foram esgotadas.

Diante dos objetivos estabelecidos, o projeto político pedagógico pretende alcançar e construir a ponte com a escola e a comunidade, desse modo, para que se compreendam as necessidades e possibilidades se faz necessário o conhecimento sobre a realidade da instituição, tendo o diálogo como ponto de partida para melhor atingir a compreensão dos valores da mediação e melhoria das relações sociais no âmbito escolar proporcionando com isso um maior conhecimento em torno da Cultura de Paz, dos Direitos Humanos, da justiça e da cidadania revelando-se imprescindível para o sucesso coletivo e sustentabilidade.

Promover a institucionalização da prática da mediação no contexto escolar não deve se restringir ao espaço do campo educacional, mas influenciar os lares dos atendidos pelo projeto político pedagógico e a comunidade como um todo. A transformação que a escola e comunidade necessitam, advém da reflexão para uma participação democrática na vida social.

Desta feita, o processo de mediação escolar, como uma prática alternativa, difunde que o desenvolver das competências é de extrema relevância para que se estimule a comunicação entre as partes e inovadora de solucionar os conflitos na escola e comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maurício Ribeiro. **Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo: um estudo de caso**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-22082012-113812/publico/almeidaM_corrigida.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

AMADO, João e FREIRE, Isabel. *A(s) Indisciplina(s) na Escola - Compreender para Prevenir*. Coimbra: Almedina, 2009.

AQUINO, Júlio Groppa. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Caderno Cedes**, ano 19, n. 47, p. 7-17, dez. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n47/v1947a02.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

ARAN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 399-422, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200004>. Acesso em: 26 set. 2019.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, Esp. p. 1059-1083, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2028100.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

BORGES, Carolina Campos.; COUTINHO, Maria Luiza Rocha. Família e Relações intergeracionais no Brasil hoje: novas configurações, crises, conflitos e ambiguidades. *In*: GOMES, Izabel Cristina (Coord.). **Família: diagnóstico e abordagens terapêuticas**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008. p. 45-59.

CAVAGNARI, Luzia Borsato. Projeto Político Pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (orgs). **Escola: espaço do Projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2010. Cap.5p.95-112.

Cirera, J. V. (2004). Conflictos en los centros educativos. Cultura organizativa y mediación para la convivencia. Barcelona: Graó.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.15, n. 54, p. 11-28, jan./mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a02v1554.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2019.

CUNHA, Pedro; LEITÃO, Sofia. **Manual de Gestão Construtiva de Conflitos**. 2 ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2008.

DEBARBIEUX, Éric. **Violência na escola: um desafio mundial?** Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: abordagem relacional**. Tradução de João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

FRANÇA. **Une nouvelle ambition pour les villes**. Rapport à monsieur Claude Bartolone, ministre delegue à la Ville et Monsieru Paul Picard. 2000.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação**. Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho! Ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: Ed. e livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. La famille. *In*: BELLOUR, Raymond; CLEMENT, Catherine. (Coords.). **Claude Lévi-Strauss: textos de et sur Claude Lévi-Strauss**. Paris: Gallimard, 1979. p. 93-131.

MALUF, A. C. do R. F. D. Novas modalidades de família na pós-modernidade. São Paulo: Atlas, 2010a

JARES, Xesus. Educação e conflito. Guia de educação para a convivência. Porto: Asa, 2002.

LOURENÇO, Abílio; Paiva, Olímpia. Conflitos na Escola – a dinâmica da mediação. **Psicologia, Educação e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 315-336, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. La famille. *In*: BELLOUR, R. & CLEMENT, C. (Coords:) **Claude Lévi-Strauss: textos de et sur Claude Lévi-Strauss**. Paris: Gallimard, 1979.

MORGADO, Catarina; OLIVEIRA, Isabel. Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade. **Exedra: Revista Científica**, n. 1, p. 43-56, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3398314>. Acesso em: 11 fev. 20.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. Em defesa da escola: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

NUNES, Antonio Ozório. **Diálogos e Práticas Restaurativas nas Escolas: Um Guia Prático para Educadores**. São Paulo: MPSP, 2018.

OLIVERA, Mirta Gómez. Técnicas de resolución de conflictos: por qué implementar programas de mediación escolar en las instituciones educativas? *In*: **Centro de Mediación y Gestión de Conflictos**. 2004. Disponível em: <https://www.todosobremediacion.com.ar/tecnicas-de-resolucion-de-conflictos/>. Acesso em: 05 out. 2019.

ONU/UNESCO. **Resolução 53/243 de 6 de outubro de 1999**. Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU). 1999. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

Petrini JC 2003. *Pós-modernidade e família*. Ed. Edusc, Bauru.

PINTO DA COSTA, Elisabete; TORREGO, Juan e MARTINS, Alcina. Mediação escolar: a análise qualitativa da dimensão interpessoal/ social de um projeto de mediação. *Revista Lusófona de Educação*, 2018, 40, 111-126.

PRADO, Danda. **O que é família**. 2 ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

ROSEMBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Sarti C 1996. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Ed. Autores Associados, Campinas.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2006.

TORRES, Leonor e PALHARES, José. Organizações Escolares. Um *croqui* sociológico sobre a investigação portuguesa. In Pedro Abrantes (Org.), *Tendências e controvérsias em Sociologia da Educação* (pp. 133-158). Lisboa: Mundos Sociais, 2010.

TORT, Michel. **O desejo frio**: procriação artificial e a crise dos referenciais simbólicos. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

TORREGO, Juan Carlos. **Mediación de conflictos em instituciones educativas**. manual para la formación de mediadores. Madri: Narcea Ediciones, 2006.

URY, William. **Como Chegar ao Sim com você mesmo**. São Paulo: Editora Sextante, 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.